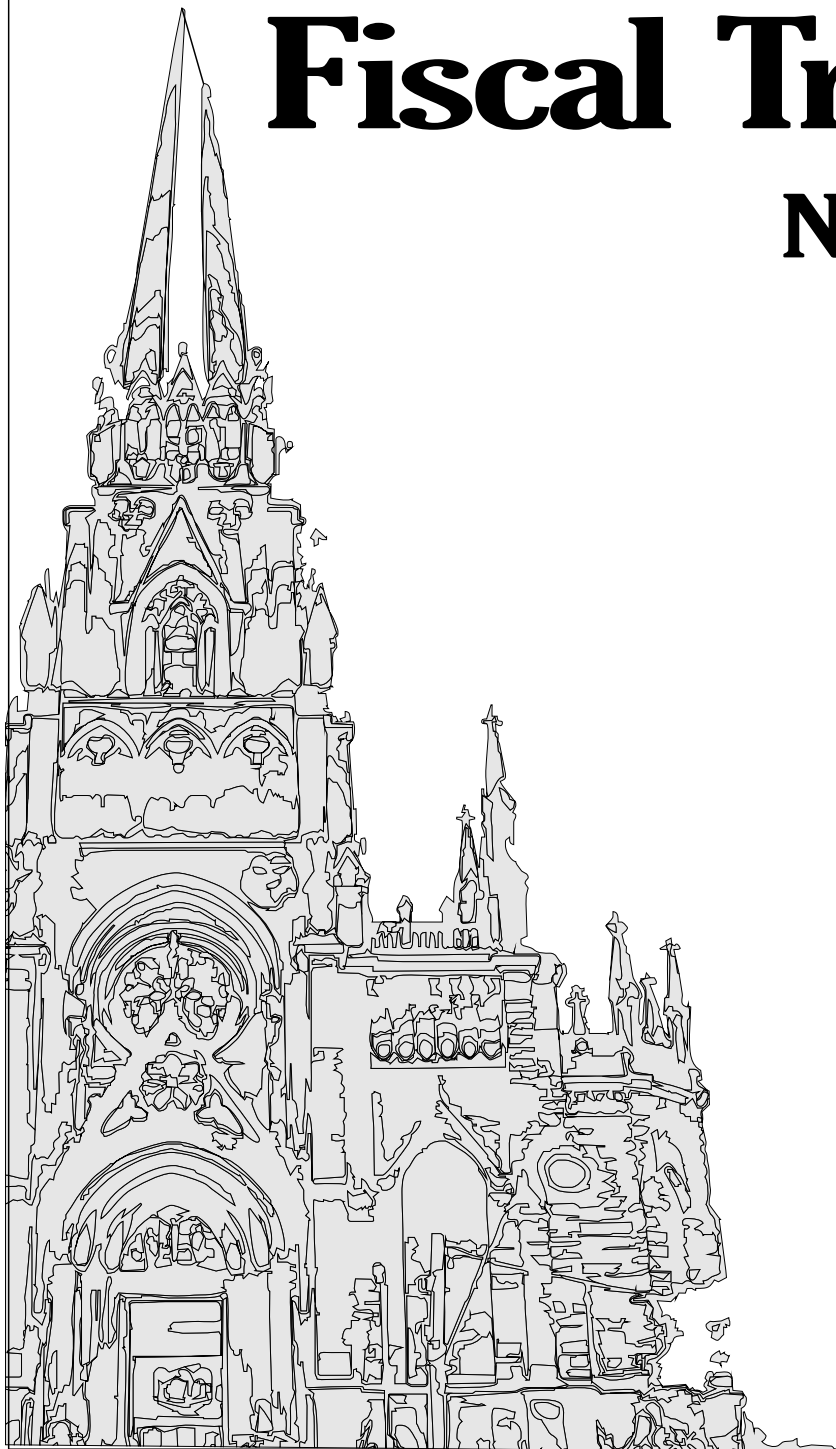


PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Fiscal Tributário

Nível Superior

PMP



REALIZAÇÃO:

 **FUNDAÇÃO
DOM CINTRA**

Caderno de Questões

11.03.2012 - Tarde

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

CONSUMISMO JOVEM

- 1 Os jovens estão se endividando. Segundo pesquisa da Associação Comercial de São Paulo, 67% dos inadimplentes têm menos de 35 anos e 240% têm entre 26 e 30 anos.
- 2 Mais do que um levantamento estatístico ou curiosidade, tais números expressam uma realidade preocupante: a falta de educação para o consumo. Sem isso, o jovem compra acima de suas possibilidades e talvez prossiga nesse desequilíbrio quando for mais velho.
- 3 Além disso, essas pessoas não estão se endividando para comprar bens tecnológicos como computadores ou aparelhos que aumentem o conforto e a segurança no lar. Nada disso. Torraram dinheiro com roupas e calçados. O terceiro item da lista também é uma advertência, por si só: empréstimo pessoal.
- 4 A agiotagem é um dos negócios que mais se desenvolvem nos municípios brasileiros, com a oferta de dinheiro fácil, a juros extorsivos, para ávidos consumidores, principalmente das classes C e D.
- 5 Dever desde os primeiros anos de carteira de trabalho assinada é uma péssima tendência para o futuro. Hábitos de poupança não são estimulados nem valorizados aqui.
- 6 É evidente que todos querem consumir. Não há crime algum nisso, até porque, sem compras, não há produção nem empregos. A economia fica estagnada e o país caminha para trás. Certamente não defendo tal comportamento.
- 7 Mas o consumismo desenfreado é péssimo para as pessoas e para o ambiente e indica um descontrole que pode, sem trocadilho, custar muito caro.
- 8 Há situações que precipitam a inclusão do consumidor em listas de devedores. Desemprego e despesas inesperadas, provocadas por doenças, são totalmente compreensíveis. Planejar as compras, contudo, poderia evitar a maioria dos casos de inadimplência.
- 9 Prestações que “caibam no bolso”, sem verificação do quanto se paga a mais por essa aparente facilidade; crédito rotativo dos cartões; e empréstimos em geral, inclusive os consignados, são alguns dos caminhos mais rápidos para estourar os orçamentos pessoais e familiares.
- 10 Falta, também, uma lei que proíba a concessão de crédito sem exigência de garantias. Porque não há milagre em finanças. Se uma empresa não exige comprovação de renda e bens que garantam o empréstimo, só há uma explicação plausível: ela compensa o risco de calote cobrando juros de agiota.
- 11 Agiotagem é crime e não deveria ser permitida.

- 12 Antes de chegar à faixa etária que tem mais devedores na pesquisa da ACSp, jovens frequentam escolas e universidades. São orientados sobre os riscos do consumo de drogas, do tabagismo e do alcoolismo e para a importância de preservar o ambiente. Muitas vezes, têm aulas sobre cidadania, política e grandes desafios mundiais, como a escassez de água e as guerras religiosas. Por que não recebem mais subsídios sobre consumo consciente, não somente com foco ambiental, mas também em relação à proteção de seus bolsos e à aplicação do Código de Defesa do Consumidor?
- 13 Também nessa área é tolice imaginar que as autoridades resolvam tudo. Não solucionam nem problemas gravíssimos como filas nos corredores dos hospitais públicos e transporte coletivo superlotado ...
- 14 Os pais deveriam ajudar nesse processo educativo, mas, convenhamos, nem os adultos escapam do excesso de compras. Então, não é uma surpresa saber que os mais novos não conseguem pagar suas contas em dia.
- 15 Perder o crédito é um desastre para qualquer pessoa. Fecha as portas para a aquisição até de produtos fundamentais, totalmente necessários, como alimentos e medicamentos. Carimba os consumidores como devedores e isso tem repercussões em todos os segmentos da vida, inclusive o profissional.
- 16 Isso não pode, então, ser visto como mais uma tendência ou consequência da inclusão social. O papel aceita tudo. Fazer as contas e não assumir compromissos superiores à renda não é carece. É uma das condições para um futuro melhor, sem sobressaltos, sem cobradores e sem insônia. Não desejamos novas gerações repletas de devedores.

(DOLCI, Maria Inês. Folha de São Paulo. Folhainvest. 17/10/11, p. B8.)

1. Dos trechos abaixo extraídos do texto, aquele que contém a tese principal defendida pela autora é:
 - A) “A agiotagem é um dos negócios que mais se desenvolvem nos municípios brasileiros, com a oferta de dinheiro fácil, a juros extorsivos” (parágrafo 4);
 - B) “Dever desde os primeiros anos com carteira de trabalho assinada é uma péssima tendência para o futuro.” (parágrafo 5);
 - C) “Se uma empresa não exige comprovação de renda e bens que garantam o empréstimo, só há uma explicação plausível: ela compensa o risco de calote cobrando juros de agiota.” (parágrafo 10);
 - D) “Perder o crédito é um desastre para qualquer pessoa. Fecha as portas para a aquisição até de produtos fundamentais, como alimentos e medicamentos.” (parágrafo 15);
 - E) “Fazer as contas e não assumir compromissos superiores à renda não é carece, é uma necessidade. É uma das condições para um futuro melhor” (parágrafo 16).

Fiscal Tributário - Nível Superior

2. No desenvolvimento do texto, a autora demonstra preocupação em relação a vários aspectos referentes aos hábitos de consumo dos jovens, entre os quais NÃO se enquadra o seguinte:
- A) os jovens estarem se endividando além de suas possibilidades, consumindo roupas e calçados e tomando empréstimo pessoal;
 - B) os jovens serem vítimas da agiotagem, com a oferta de dinheiro fácil, a juros extorsivos;
 - C) a falta de uma legislação que proíba a concessão de crédito sem exigência de garantias;
 - D) a ausência nos currículos escolares de subsídios sobre consumo consciente, com foco no controle das finanças e aplicação do Código de Defesa do Consumidor;
 - E) os jovens endividados terem de passar por problemas gravíssimos, como filas nos corredores dos hospitais públicos e transporte coletivo superlotado.
3. Com as frases “Isso não pode, então, ser visto como mais uma tendência ou consequência da inclusão social. O papel aceita tudo.” (parágrafo 16), a autora está afirmando que:
- A) a perda de crédito por excesso de consumo, impedindo que as pessoas possam comprar mercadorias indispensáveis à alimentação e à saúde, tende a repercutir no fenômeno de inclusão social das classes C e D;
 - B) o consumidor carimbado como devedor, independente do segmento social a que pertença, sofre desagradáveis consequências em sua vida, inclusive profissionalmente;
 - C) o consumismo desenfreado, que leva o jovem às listas oficiais de inadimplentes, não pode ser atribuído ao fenômeno da inclusão social das classes C e D, mas à falta de orientação sobre consumo consciente;
 - D) a inclusão social das classes C e D não tem nenhuma relação com o hábito desenfreado de consumo praticado pelos jovens, pois independente da ascensão social, estes consumiriam atraídos pelo crédito fácil;
 - E) a perda do crédito por inadimplência vem perseguindo os jovens que são consumidores compulsivos, a ponto de impedir que eles ascendam socialmente, se pertencem às classes C e D.
4. O parágrafo 5 está estruturado em dois períodos entre os quais parece não haver relação de sentido. A leitura dos dois períodos, entretanto, tomados na dimensão da leitura integral do texto, permite depreender que o segundo período exprime em relação ao primeiro o sentido de:
- A) proporcionalidade;
 - B) causalidade;
 - C) conclusão;
 - D) analogia;
 - E) consequência.
5. Na linha de argumentação desenvolvida pela autora, pode-se interpretar que o parágrafo 7 exprime em relação ao parágrafo 6 o sentido de:
- A) comparação;
 - B) meio;
 - C) modo;
 - D) oposição;
 - E) finalidade.
6. Na redação do período “Agiotagem é crime e não deveria ser permitida” (parágrafo 11) a autora omitiu elemento de coesão textual que poderia exprimir com mais clareza a relação de sentido entre as duas orações. Em cada uma das redações abaixo do referido período foi acrescentado elemento de coesão adequado à relação do sentido do texto, COM EXCEÇÃO DE:
- A) Agiotagem é crime, e, portanto, não deveria ser permitida.
 - B) Agiotagem é crime e, por isso, não deveria ser permitida.
 - C) Agiotagem é crime e não deveria ser permitida, pois.
 - D) Agiotagem é crime e, por conseguinte, não deveria ser permitida.
 - E) Agiotagem é crime e, em razão disso, não deveria ser permitida.
7. No trecho “Prestações QUE ‘caibam no bolso’” (parágrafo 9), observa-se que o pronome relativo em caixa alta substitui o substantivo que o antecede, relacionando sintaticamente os termos do período e dando coesão ao discurso. Dos pronomes destacados nos trechos abaixo extraídos do texto, aquele que NÃO substitui o termo indicado ao lado é:
- A) “Sem isso, o jovem compra acima de suas possibilidades e talvez prossiga NESSE desequilíbrio quando for mais velho.” (parágrafo 2) / a falta de educação para o consumo;
 - B) “Nada DISSO.” (parágrafo 3) / comprar bens tecnológicos ou aparelhos que aumentem o conforto e a segurança no lar;
 - C) “Não há crime nenhum NISSO” (parágrafo 6) / em consumir;
 - D) “mas também em relação à proteção de SEUS bolsos” (parágrafo 12) / dos jovens;
 - E) “Também NESSA área é tolice imaginar que as autoridades resolvam tudo.” (parágrafo 13) / os jovens receberem mais subsídios sobre consumo consciente.

8. No período “Falta, também, uma lei que proíba a concessão de crédito sem exigência de garantias” (parágrafo 10), a concordância verbal foi feita em consonância com a norma culta da língua. Das alterações feitas abaixo na redação do citado período, aquela em que está INCORRETA a concordância é:
- A) Faltam, também, leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
 - B) Parece também não existirem leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
 - C) Provavelmente, também não devem haver no país leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
 - D) Nota-se que inexistem, também, algumas leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
 - E) A rigor, também não existem no país leis rigorosas que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
9. No trecho “mas também em relação à proteção de seus bolsos” (parágrafo 12), o acento indicativo da crase foi empregado corretamente. Das alterações feitas abaixo na redação da frase acima, aquela em que está INCORRETO o emprego do acento indicativo da crase é:
- A) mas também em relação à sua proteção e à de seus bolsos;
 - B) mas também em relação àquela proteção que é necessária à seus bolsos;
 - C) mas também em relação à mesma proteção de que seus bolsos necessitam;
 - D) mas também em relação à proteção segura que seus bolsos solicitam;
 - E) mas também em relação à igual proteção de seus bolsos e à que diz respeito ao CDC.
10. No trecho “Prestações que ‘CAIBAM no bolso’” (parágrafo 9), o verbo em caixa alta remete à questão da flexão dos verbos irregulares em português. Considerando-se esse fato da língua, em sua modalidade culta, pode-se afirmar que há flexão verbal INCORRETA na frase:
- A) Contenham-se em seus hábitos de consumo, para que não venham a arrepende-se mais tarde.
 - B) Os jovens contravieram às minhas ordens e fizeram dívidas impagáveis.
 - C) Se tu te dispuseres a educar-te em relação ao hábito de consumo, eu posso ajudar-te.
 - D) Se veres algum jovem consumindo exageradamente, aconselha-o a moderar-se.
 - E) Couberam aos jovens as tarefas mais “indigestas”: comprar roupas e calçados.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PETRÓPOLIS

11. O major Köeler, na história de Petrópolis, tem o seu nome associado aos seguintes fatos históricos, EXCETO:
- A) obtenção, por arrendamento, das terras da Fazenda do Córrego Seco;
 - B) elaboração da planta, junto com Paulo Barbosa, da “Povoação Palácio de Petrópolis”;
 - C) colocação das ações da Companhia de Petrópolis, criada por ele, na Bolsa de Valores;
 - D) instalação do Porto da Estrela, no fundo da baía de Guanabara;
 - E) construção da Estrada Normal da Serra da Estrela.
12. O clima úmido, a energia hidráulica e a mão de obra qualificada fizeram de Petrópolis, no período imperial, importante:
- A) polo têxtil;
 - B) colônia agrícola;
 - C) centro de floricultura;
 - D) área de vinicultura;
 - E) zona cafeeira.
13. O município de Petrópolis possui uma área de 774.606 Km² divididos em cinco distritos. A população segundo o último censo é de 277.816 habitantes (IBGE). Ao observar-se a distribuição dessa população pelo território constata-se que:
- A) o alto nível de vida presente no 3º distrito aliado ao turismo criaram no mesmo o maior adensamento populacional;
 - B) a fábrica de cerveja Itaipava atraiu um grande número de pessoas colocando o 5º distrito na dianteira da concentração populacional;
 - C) as indústrias, os estabelecimentos comerciais e os serviços contribuíram para a maior concentração estar no 1º distrito l;
 - D) a migração da população do 1º distrito para Pedro do Rio devido ao clima ameno e à vida calma, transformou o 4º distrito no espaço mais adensado de Petrópolis;
 - E) a reforma urbana promovida pelo Prefeito Rubens José De França Bomtempo em 2006 desenvolveu intensamente o distrito de Cascatinha, fazendo-o ficar em 1º lugar na concentração populacional.

Fiscal Tributário - Nível Superior

14. Muitos moradores de Petrópolis em entrevista feita para um trabalho de Turismo, em 2010, afirmaram ser o rio Piabanha aquele que passa pela rua do Imperador. As respostas estavam incorretas, pois nesse trecho da cidade correm os rios:
- A) Quitandinha e Paquequer;
 - B) Quitandinha e Palatino;
 - C) Paquequer e Palatino;
 - D) Paquequer e Bonfim;
 - E) Bonfim e Palatino;
15. Leia o texto:
- Em extensão territorial é o maior dos cinco distritos que compõem o Município de Petrópolis. Nasceu às margens da estrada denominada Caminho Novo que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais. No século XVIII, seu núcleo central, a antiga fazenda Itamarati já constava na planta original que o colonizador Köeler fez daquela área.
- O texto refere-se ao:
- A) 1º distrito: Centro;
 - B) 2º distrito: Cascatinha;
 - C) 3º distrito: Itaipava;
 - D) 4º distrito: Pedro do Rio;
 - E) 5º distrito: Posse
- ATUALIDADES**
16. Em recente decisão no segundo semestre de 2011 acerca de concursos públicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, após julgar um Recurso Extraordinário, que os:
- A) aprovados em concursos públicos têm mera expectativa de direito de assumir o cargo considerando o número de vagas disponíveis;
 - B) aprovados em concursos públicos têm direito a entrar em exercício no cargo considerando o número de vagas disponíveis;
 - C) aprovados em concursos públicos têm direito a nomeação dentro do número de vagas disponíveis;
 - D) candidatos em concursos públicos têm direito a devolução da taxa de inscrição em caso de não aprovação no certame;
 - E) candidatos em concursos públicos têm o dever de conferir se há erros de digitação na prova antes de começar a fazê-la, não sendo aceitas reclamações posteriores.
17. A onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África em 2010-2011, visando a reformas democráticas e organizada e divulgada com a ajuda da internet e das mídias sociais, é conhecida como:
- A) Guerra do Iraque;
 - B) Primavera Árabe;
 - C) Intifada Árabe;
 - D) Guerra dos 100 Dias;
 - E) Revolta Grega.
18. O novo modelo de Segurança Pública e de policiamento, adotado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades, é conhecido como:
- A) Disque-denúncia;
 - B) Plano de Segurança e Convivência Cidadã;
 - C) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania;
 - D) Unidade de Polícia Pacificadora;
 - E) Unidade de Pronto Atendimento.
19. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi manchete nos jornais em outubro de 2011 porque:
- A) a Polícia Federal recebeu denúncia anônima informando que doze candidatos de uma escola em Manaus tiveram acesso à prova um dia antes de sua realização;
 - B) houve suspeita de vazamento do tema da prova da redação do ENEM, uma vez que alunos de uma escola na Bahia souberam do tema pouco antes da realização da prova;
 - C) alguns alunos de uma escola municipal em Petrolina-PE alegaram problemas na impressão da folha de respostas e da prova amarela;
 - D) um colégio no Ceará distribuiu aos seus alunos, nas semanas anteriores à realização do exame, apostilas com dez questões iguais às que caíram nas provas do ENEM;
 - E) suspeita-se que funcionários da gráfica onde foram impressas as provas do ENEM furtaram as mesmas e tentaram vendê-las a jornalistas antes da realização do exame.
20. No primeiro semestre de 2011, o Japão foi atingido por abalos sísmicos que provocaram explosões em uma usina de produção de energia nuclear. Tal acidente na usina representou um enorme prejuízo ao meio ambiente e à economia local, na medida em que:
- A) o vazamento de radiação nuclear afetou a fauna marinha da costa japonesa, contaminando assim os peixes, alimento muito consumido pela população do país;
 - B) obrigou os japoneses a fazer racionamento de energia e a pensar fontes energéticas alternativas, além da nuclear e da solar, já existentes no país;
 - C) fez reduzir a produção nacional de carros e conseqüentemente sua exportação para todo o mundo, tendo em vista a forte indústria automobilística presente no Japão e que emprega milhares de japoneses;
 - D) a paralisação na produção de energia prejudicou a comercialização dessa energia com a China, bem como obrigou os japoneses a reativarem abandonadas usinas termoelétricas movidas a carvão, material poluidor por excelência;
 - E) alterou a temperatura no país em cerca de 1,5º Celsius, o que prejudicou o crescimento das plantações de arroz e sua conseqüente comercialização no mercado internacional.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Dentre as afirmações abaixo, a única que pode ser considerada como uma negação lógica de “se durmo tarde, então não acordo cedo”, é:
- A) Durmo tarde e acordo cedo;
 - B) Se não durmo tarde, então acordo cedo;
 - C) Durmo tarde ou não acordo cedo;
 - D) Acordo cedo porque dormi tarde;
 - E) Durmo tarde ou não acordo cedo.
22. No atual sistema brasileiro de emplacamento de veículos, no qual as placas possuem três letras e quatro algarismos, o número máximo de placas que podem existir, começadas pela letra J e terminadas pelo algarismo 0, é:
- A) 26 000;
 - B) 52 000;
 - C) 676 000;
 - D) 6 760 000;
 - E) 676 000 000.
23. Uma caixa contém um total de 70 lápis de cor. Destes, 20 são azuis, 10 são vermelhos, 15 são verdes, 5 são pretos e os restantes são amarelos. A menor quantidade de lápis que devemos retirar da caixa, com os olhos vendados, para que tenhamos a certeza de haver, pelo menos, 6 lápis de uma mesma cor, é:
- A) 6;
 - B) 12;
 - C) 15;
 - D) 26;
 - E) 36.
24. Para elaborarmos uma tabela-verdade representativa dos valores lógicos possíveis para a proposição composta $(p \rightarrow q) \rightarrow \sim r$, sendo p, q, r proposições lógicas simples, necessitaremos de uma quantidade de linhas igual a:
- A) 4;
 - B) 8;
 - C) 16;
 - D) 32;
 - E) 64.
25. No lançamento de dois dados cúbicos (comuns) distintos, um azul e outro vermelho, a probabilidade de obtermos dois números, cuja soma seja um múltiplo de 3, é, aproximadamente:
- A) 18%;
 - B) 20%;
 - C) 23%;
 - D) 28%;
 - E) 33%.

LEGISLAÇÃO

26. Segundo a lei nº 6646 de 31 de março de 2009, fica assegurada à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de criança ou adolescente portador de deficiência, a redução de:
- A) duas horas diária na carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração;
 - B) uma hora diária na carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração;
 - C) duas horas diária na carga horária semanal, com desconto da remuneração;
 - D) um dia de trabalho semanal, além da folga semanal, para acompanhar o portador de deficiência ao médico competente, sem prejuízo da remuneração;
 - E) três dias de trabalho mensal, além da folga semanal, para acompanhar o portador de deficiência ao médico competente, sem prejuízo da remuneração.
27. Acerca da carga horária especial, segundo a lei nº 6646 de 2009, analise as proposições abaixo:
- I. aplica-se à servidora pública que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela, criança ou adolescente portador de deficiência, não sendo necessária a comprovação da dependência.
 - II. faculta-se ao Poder Legislativo adotar o mesmo procedimento em relação às suas servidoras, podendo editar o competente Ato Administrativo interno, no âmbito de suas competências e atribuições.
 - III. a dispensa da jornada de trabalho da servidora pública, após ser concedida, só será revogada com a morte do portador de deficiência.
 - IV. fica a cargo do Município de Petrópolis elaborar avaliação, para as mães e responsáveis das pessoas portadoras de deficiência, especificando a necessidade de aplicação da carga horária reduzida.

Das proposições acima, as corretas são, apenas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) III e IV;
- D) I e III;
- E) II e IV.

Fiscal Tributário - Nível Superior

28. Analise cada assertiva e verifique as falsas e verdadeiras, acerca da administração pública, segundo a constituição vigente:

- () é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- () os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- () a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
- () a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos;
- () as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, F, V, F, F;
- B) F, F, V, V, F;
- C) V, V, F, F, V;
- D) V, V, F, V, V;
- E) V, F, V, F, V.

29. Acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, segundo a Constituição da República, analise as proposições abaixo:

- I. piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- II. décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- III. jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- IV. proteção dos riscos inerentes ao trabalho, mediante incentivos para atividades insalubres.

Das proposições acima, as corretas são, apenas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) III e IV;
- D) I e IV;
- E) II e IV.

30. Analise cada item e verifique os falsos e verdadeiros, acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, segundo a constituição vigente:

- () proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- () proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- () distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- () ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dez anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- () igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, F, V, F, F;
- B) F, F, F, F, F;
- C) V, V, F, F, V;
- D) V, V, V, V, V;
- E) V, V, F, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Com relação aos atos administrativos, a eficácia é a idoneidade que se reconhece ao mesmo para que ele produza seus efeitos específicos. Não obstante, se faltar ao ato uma verificação do atendimento de uma condição suspensiva, ou a prática do um ato complementar, o ato então:
- A) não será exequível;
 - B) deverá ser anulado;
 - C) será impróprio;
 - D) ficará prejudicado de pleno direito;
 - E) não poderá ser prolatado.
32. O atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para que o mesmo possa ser cumprido ou executado denomina-se:
- A) discricionariedade;
 - B) efetividade;
 - C) materialidade;
 - D) sistematicidade;
 - E) imperatividade.
33. Existe um requisito do ato administrativo que diz respeito ao objetivo de interesse público a atingir, enquanto outro requisito trata de seu revestimento exteriorizado, que é vinculado e imprescindível à sua perfeição. Estes atributos são, respectivamente, denominados:
- A) razão jurídica e capeador;
 - B) finalidade e forma;
 - C) motivação e modelagem;
 - D) relevância e modelo;
 - E) pertinência e rigor processual.
34. Com relação aos princípios de controle interno da Administração Pública, aquele que preconiza ser imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, é denominado:
- A) instruções formalizadas;
 - B) aderência a diretrizes;
 - C) tomada de contas;
 - D) controle sobre as transações;
 - E) determinação de responsabilidades.
35. Nos sistemas de controles internos da Administração Pública, preconiza-se que um servidor não deve ter, simultaneamente, acesso aos ativos que controla e aos registros contábeis desses mesmos ativos. Esta medida constitui o que se denomina:
- A) ardil administrativo;
 - B) separação de entidades;
 - C) segregação de funções;
 - D) princípio da precaução;
 - E) bloqueio de facilitação.
36. No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes um quesito adicional, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos. Este quesito consiste na apresentação do(a):
- A) metodologia de execução;
 - B) certificado profissional dos projetistas;
 - C) modelo de utilidade proposto;
 - D) concepção artística da obra pronta;
 - E) quadro físico financeiro dos trabalhos.
37. De acordo com o art. 30 da lei 8.666, será pedida a comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Este dispositivo refere-se a um(a):
- A) demonstração de conformidade documental;
 - B) requisito de eficácia material;
 - C) ato constitutivo, devidamente registrado;
 - D) demonstração de regularidade fiscal;
 - E) documentação relativa à qualificação técnica.
38. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado, caso não use as garantias previstas no § 1o do art. 56 da Lei 8.666 (caução, seguro-garantia e fiança bancária), a seguinte exigência:
- A) hipoteca de imóveis;
 - B) balancetes dos últimos 3 anos;
 - C) patrimônio líquido mínimo;
 - D) certidão de bons antecedentes;
 - E) certidão negativa criminal.
39. De acordo com o art. 24 da Lei 8.666, é dispensável a licitação na seguinte situação:
- A) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando não for caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas;
 - B) quando acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
 - C) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades não contempladas no contrato de gestão;
 - D) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
 - E) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.

Fiscal Tributário - Nível Superior

40. Existe um tributo que é cobrado sobre a circulação de um bem imaterial, que resulta na obrigação de fazer. O tributo em questão é denominado:
- A) Imposto sobre Circulação de Mercadoria;
 - B) contribuição circulante;
 - C) contribuição de melhoria;
 - D) imposto sobre operações financeiras;
 - E) imposto sobre serviços de qualquer natureza.
41. Um empreiteiro de São Paulo resolveu oferecer seus serviços em Bogotá. Ele conseguiu um grande contrato e o cumpriu integralmente naquela cidade. Com relação aos tributos incidentes sobre esta operação, pode-se dizer que:
- A) incidiram o ICMS e o ISS;
 - B) foi devido o pagamento de Contribuição de Melhoria;
 - C) incidiu o IOF e ocorreu o fato gerador do ICMS;
 - D) verifica-se substituição tributária no ISS;
 - E) é caso de não incidência do ISS.
42. A tributação sobre patrimônio é realizada principalmente no âmbito dos estados e municípios. Os impostos sobre o patrimônio da competência dos municípios são:
- A) ISS e IPTU;
 - B) IPTU e ITBI;
 - C) ICMS e ISS;
 - D) IPVA e ISS;
 - E) IPVA e ICMS.
43. O tributo visa a intervir em situações sociais ou econômicas, tributando a renda, o consumo e o patrimônio. Nesse sentido, o tributo se distingue da multa, em razão de:
- A) ser imprescritível;
 - B) possuir alíquota diferenciada;
 - C) não se constituir em sanção por ato ilícito;
 - D) levar o contribuinte à prisão;
 - E) admitir parcelamento com desconto.
44. O fato de ser obrigatório o pagamento de um tributo, ou seja, de não ser possível ao contribuinte optar pelo seu pagamento ou não, constitui a característica do tributo melhor explicada pela seguinte ideia:
- A) discricionariedade da fazenda pública;
 - B) arbítrio imperativo do legislador;
 - C) fundamento republicano obrigacional;
 - D) prestação pecuniária compulsória;
 - E) progressão automática.
45. O valor de natureza contratual, pago pelo proprietário do domínio útil ao proprietário do domínio direto, sempre que se realiza uma transação onerosa de imóvel, constituindo-se em um verdadeiro tributo, na prática, para o cidadão, é denominado:
- A) laudêmio;
 - B) espórtula;
 - C) dízimo;
 - D) primazia;
 - E) forense.
46. A receita originária empresarial, proveniente da intervenção do Estado na atividade econômica, através de seus associados, permissionários ou concessionários, denomina-se:
- A) tarifa;
 - B) foro;
 - C) taxa;
 - D) contribuição;
 - E) ganho.
47. No âmbito tributário, a expressão monetária sobre a qual deve ser aplicado o percentual para que se possa apurar o montante do tributo a pagar, definido por meio de Lei Complementar, é denominada:
- A) alíquota;
 - B) fato gerador;
 - C) base de cálculo;
 - D) margem;
 - E) valor de referência fiscal.
48. Quando uma fábrica de sorvetes vende seus produtos para uma rede de supermercados e cobra o ICMS que seria devido por ocasião da venda do sorvete para o consumidor final, ocorre uma relação na qual a mesma é considerada contribuinte:
- A) antecipado;
 - B) derivado;
 - C) substituto;
 - D) intermediário;
 - E) compulsório.
49. As espécies de tributos são os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria, os Empréstimos Compulsórios e as Contribuições Especiais. A União, os estados e os municípios possuem competências distintas com relação a essas espécies tributárias. Com relação a essas espécies podemos afirmar:
- A) apenas duas delas possuem competência municipal;
 - B) uma delas é apenas de competência estadual;
 - C) uma delas é apenas de competência municipal;
 - D) todas são de competência da União;
 - E) apenas duas delas possuem competência comum.

Fiscal Tributário - Nível Superior

50. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias, fundações e empresas públicas federais a pessoas jurídicas, em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços, por força da legislação, estão sujeitos à incidência, na fonte, de IR, CSL, COFINS e PIS. A obrigação da retenção é do órgão que realizar o pagamento. As empresas tratam esses tributos retidos na fonte como:
- A) retenção indireta;
 - B) antecipação;
 - C) compensação;
 - D) remissão;
 - E) empréstimo.
51. As entidades que possuem imunidade tributária estão identificadas na Constituição Federal. Um templo de qualquer culto é imune ao pagamento dos seguintes tributos:
- A) IR e IPTU do templo;
 - B) IR, PIS e IPTU do templo;
 - C) IR, ICMS, PIS e IPTU do templo;
 - D) PIS e IPTU do templo;
 - E) IR, ICMS e PIS.
52. Com relação aos tributos IPI, PIS, COFINS, CIDE e ISS, todos atualmente em vigor na legislação tributária brasileira, é correto afirmar que:
- A) são de competência estadual e municipal;
 - B) incidem sobre a cadeia produtiva;
 - C) oneram o patrimônio e o consumo;
 - D) incidem sobre a renda e o consumo;
 - E) incidem sobre o patrimônio e a renda.
53. Existem tributos que não mantêm uma associação ou relação entre a sua arrecadação e a sua destinação. Nesse sentido, existe uma classificação específica para esta categoria. A alternativa que contém a classificação específica citada e um exemplo do referido tributo é:
- A) não direcionado - taxa;
 - B) desvinculado - imposto;
 - C) desvinculado - contribuição;
 - D) não vinculado - imposto;
 - E) desimpedido - imposto.
54. O fato de ser proibido instituir tratamento desigual entre contribuintes com situação equivalente, adicionado à proibição de distinção em razão de ocupação profissional ou função exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos recebidos, caracteriza o princípio tributário da:
- A) justiça;
 - B) equidade;
 - C) comparabilidade;
 - D) isonomia;
 - E) equivalência.
55. Na doutrina jurídica dos tributos, o critério que afirma que os tributos devem ser cobrados de acordo com a situação econômica do contribuinte é denominado:
- A) lei do pagador abastado;
 - B) regra do possuidor-pagador;
 - C) regra de justiça social;
 - D) postulado da renda ociosa;
 - E) princípio da capacidade contributiva.

Fiscal Tributário - Nível Superior

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

1. Você está recebendo do Fiscal de Sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
2. Confira o Caderno de Questões. Verifique se estão impressas as 55 (cinquenta e cinco) questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E). Verifique ainda se a numeração das questões está distribuída de acordo com o Edital:
01 a 10 - Língua Portuguesa;
11 a 15 - História e Geografia de Petrópolis;
16 a 20 - Atualidades;
21 a 25 - Raciocínio Lógico;
26 a 30 - Legislação;
31 a 55 - Conhecimentos Específicos.
3. Verifique em seguida seus dados na Folha de Respostas: nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento. Qualquer irregularidade comunique de imediato ao Fiscal de Sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A prova terá duração de 4 horas, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.
5. Leia atentamente cada questão e assinale na Folha de Respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. Esta será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas e sua respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Observe as seguintes recomendações relativas à Folha de Respostas:
A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
Outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição da Folha de Respostas. Será atribuída nota zero às questões:
 - não assinaladas;
 - com falta de nitidez;
 - com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
7. O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do Coordenador de Local.
8. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotações durante a prova no Caderno de Questões.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início das provas.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
12. Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal de Sala a Folha de Respostas e o Caderno de Questões. Não é permitido ao candidato, após terminar a prova, levar o Caderno de Questões.

Boa Prova!

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DE SUAS RESPOSTAS

1	6	11	16	21	26	31	36	41	46	51
2	7	12	17	22	27	32	37	42	47	52
3	8	13	18	23	28	33	38	43	48	53
4	9	14	19	24	29	34	39	44	49	54
5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55